

Solidariedade e Cooperação

Os chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Moçambique reafirmaram uma vez mais que «a solidariedade cimentada entre os respectivos povos é um património inestimável»

Carlos Pinto Santos



COMO previsto, cumpriram-se as expectativas optimistas que tinham envolvido a preparação da III Cimeira dos Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, efectuada na capital cabo-verdiana a 21 e 22 de Setembro.

Para que assim tenha acontecido, os cinco presidentes participaram nesta reunião com a «convicção de que a solidariedade cimentada entre os respectivos povos é um património inestimável que deve ser valorizado

para reforço de posições políticas comuns e como factor dinamizador da luta pela consolidação da independência e pelo desenvolvimento económico e social dos seus países», como se lê na Declaração adoptada no termo da Cimeira que representou um atestado de «boa saúde» das relações existentes entre os governos africanos de língua portuguesa.

O único obstáculo impeditivo da reafirmação da identidade de pontos de vista dos «cinco» nas grandes questões internacionais, tinha sido

ultrapassado em Junho último, em Maputo, quando Aristides Pereira e João Bernardo Vieira oficializaram o restabelecimento das relações entre os governos da Praia e de Bissau, interrompidas no seguimento dos acontecimentos que, em 14 de Novembro de 1980, ocorreram na Guiné-Bissau. Nessa reconciliação — recorde-se — teve papel preponderante Samora Machel cuja acção decisiva foi reconhecida durante a Cimeira da Praia por Aristides Pereira e João Bernardo Vieira.

A crise então superada provocou

o adiamento desta III Cimeira que na anterior (Maputo, Março de 1980) fora decidida para 1981 em Bissau, cidade onde se deverá realizar a IV Cimeira, conforme resolução agora tomada.

Resultados económicos

No balanço da cooperação económica entre os cinco países foi reconhecido, durante as reuniões ministeriais que antecederam o encontro dos Chefes de Estado e declarado nos discursos proferidos na sessão de abertura por Aristides Pereira e Samora Machel, o facto de os resultados até agora obtidos ficarem muito aquém da vontade política em aprofundar essa cooperação afirmada, repetidas vezes, em reuniões anteriores. Magros resultados motivados por condicionalismos diversos que vão desde a dispersão geográfica à inserção em circuitos económicos diferentes que dificulta a complementaridade das econo-

mias entre alguns dos cinco países. Como factor relevante na limitação do desenvolvimento dessa cooperação — tendo particularmente presentes as decisões assumidas na Cimeira de Maputo — esteve a inexistência de um instrumento institucional de consolidação e dinamização das iniciativas tomadas. Para a supressão dessa lacuna, a III Cimeira adoptou: a) estabelecer que cabe ao país anfitrião de cada Conferência assegurar a dinamização geral da execução das decisões da mesma até à realização da próxima, acção que passa desde agora e até à IV Cimeira de Bissau, para a responsabilidade de Cabo Verde; b) criar uma Comissão Ministerial com as funções de perspectivar, coordenar, acompanhar e promover todas as acções na área da cooperação, cabendo-lhe tomar, no âmbito da sua competência, as iniciativas adequadas. Esta comissão fica dividida em quatro sub-comissões correspondentes aos sectores das Finanças (incluindo Crédito e Seguros), Transportes,

Comércio Externo e Formação de Quadros.

O português como língua internacional

No domínio da coordenação da actividade diplomática que os «cinco» se propõem reforçar, foi sublinhada a conveniência da introdução do português nas organizações internacionais como língua de trabalho, tendo sido decidido estabelecer mecanismos de consulta na persecução desse objectivo com Portugal e Brasil. Como medidas práticas de curto prazo, os governos presentes na Cimeira da Praia procurarão acelerar a formação de técnicos e de intérpretes em cada país, organizar um conjunto de tradutores — intérpretes para assegurar, desde já, na medida do possível, a utilização da língua portuguesa nas próximas sessões da OUA e solicitar a esta organização um estudo pormenorizado sobre as implicações financeiras dessa decisão.

A situação na África Austral

«A República Popular de Angola nunca conheceu um momento de paz desde a sua independência», constata a Declaração Final da Cimeira que se debruça largamente sobre a situação vivida na África Austral. As recentes afirmações do regime do *apartheid* em identificar a sua estratégia com a acção sionista no Líbano impõem, na opinião dos «cinco», medidas «enérgicas, urgentes e solidárias da comunidade internacional para preservar a paz na região. O reforço da capacidade defensiva das Repúblicas Populares de Angola e Moçambique constitui uma das medidas imediatas».

Por outro lado, os presidentes de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe reafirmaram a sua «identidade com as posições das Repúblicas Populares de Angola e de Moçambique na defesa da paz na África Austral e declararam-se solidários com as posições assumidas pelos dois Estados, no sentido de se avançar, com perspectivas seguras e sem demoras, para a liquidação da situação de agressão, desestabilização e de guerra que prevalece nesses países, de acordo com os interesses sagrados desses dois Estados soberanos e de modo a criar um clima de paz, respeito e compreensão duradouros na Região».

A Declaração Final da III Cimeira não deixou passar em claro — apesar de nunca referir o nome de Portugal — a impunidade que o governo de Lisboa concede aos grupos contra-revolucionários angolanos e moçambicanos para as suas livres conspirações em território nacional, como tem vindo a ser insistentemente relatado pela imprensa portuguesa. Os «cinco» declaram-se assim, particularmente preocupados com «o facto de que certos países com que os seus Estados mantêm relações normais e de amizade permitem que os seus territórios sirvam de base de apoio para o fomento e preparação de acções subversivas e terroristas. Consideram que a tolerância perante estas acções que se traduzem em destruição de vidas e

bens torna-se, na prática, numa cumplicidade para com os agressores dos nossos povos e reflecte uma atitude inamistosa para com os nossos governos».

A representação diplomática portuguesa não teve oportunidade de interpretar esta intencional referência durante a leitura da Declaração Final feita pelo ministro dos Negócios Estrangeiros cabo-verdiano, Silvino da Luz, na sessão de encerramento da Cimeira, pois foi a embaixada instalada na Praia que mais se salientou por uma total ausência durante os dois dias da conferência. Em contrapartida, Ramalho Eanes foi o único Chefe de Estado que enviou uma saudação aos seus congéneres reunidos na capital cabo-verdiana.

Identidade de pontos de vista

No respeitante às negociações para a independência da Namíbia, os «cinco» constataram que, apesar de se ter registado um «certo progresso», verificam-se manobras «tendentes a travar as negociações em curso». Depois de reafirmar o seu apoio ao plano das Nações Unidas, inserido na resolução 435 do Conselho de Segurança, e de denunciar as tentativas de estabelecimento de uma ligação entre a presença de tropas cubanas em território angolano e a independência da Namíbia, a Cimeira exprimiu o seu total apoio à posição do governo de Luanda sobre esta questão e denunciou quaisquer manobras tendentes a responsabilizar Angola pelo atraso na conclusão das negociações. Um aspecto inicial dessas manobras poderá ser o recente e inesperado optimismo manifestado por elementos oficiais dos países do Grupo de Contacto.

A identidade de posições dos «cinco» manifestou-se igualmente nas outras grandes questões da cena política internacional.

Os Chefes de Estado da Cimeira exprimiram a sua solidariedade com o povo sul-africano, regozijaram-se pela admissão da RASD na OUA e concluíram que a não realização da 19.ª Cimeira da Organização da Unidade Africana faz parte de «uma



estratégia mais ampla do imperialismo e que visa a paralisação, senão a destruição, de instâncias internacionais que desempenham um papel activo na luta pela emancipação política e económica dos povos».

Os «cinco» denunciaram o genocídio que o exército indonésio pratica sobre o povo de Timor-Leste e renovaram o seu apoio à Fretilin, e também condenaram a multiplicação de bases militares e a nuclearização do Oceano Índico. A Cimeira deplorou a continuação da guerra entre o Irão e o Iraque, manifestando o seu apoio para a realização da 7.ª Cimeira dos Não-Alinhados na capital indiana.

Finalmente, a invasão do Líbano por Israel, os massacres perpetrados contra a população civil e as manobras tendentes à desagregação do território libanês, são energeticamente condenados. Na sessão de encerramento da III Cimeira foi lida uma saudação enviada à Organização de Libertação da Palestina onde se afirma que esta saiu engrandecida da desigual prova de força a que foi submetida e escreveu, «uma das páginas mais belas da moderna epopeia da libertação dos povos».

O sucesso político da Cimeira da Praia é um facto adquirido. Como evidente foi a forma fraterna como decorreram os trabalhos de todas as delegações presentes. Resta agora aguardar a implementação das decisões económicas e técnicas para se verificar se, também nestes domínios, a cooperação entre os cinco países irá ampliar-se significativamente e corresponder ao esperado.